

O OFÍCIO DO MESTRE E A FORMAÇÃO DO HOMEM EM ROUSSEAU

Aline de Fátima Sales Silva¹
Liliane Barros de Almeida²
Ged Guimarães³

Resumo: *Neste artigo, buscamos, em Jean-Jacques Rousseau, os fundamentos que constituem o trabalho do professor na proposta para a formação do homem. As questões postas em suas obras, particularmente em Emílio ou da Educação a respeito do professor, revelam princípios básicos de formação moral e política do homem na vida civil. Retomar a importância desses princípios e como eles poderiam ser pensados a partir da realidade no contexto atual da educação faz-se necessário para a crítica radical da sociedade, bem como da educação constituída.*

Palavras-chave: *Educação; formação; sociedade.*

No *Emílio ou Da Educação*, Rousseau demonstra como formar o homem, começando ainda no berço, até o momento em que, já adulto, torne-se o seu próprio mestre. Para formá-lo, ele afasta Emílio da sociedade, mas o faz para que a natureza o en-

1 Pedagoga do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás- Campus Aparecida de Goiânia. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG. E-mail: alineufg@yahoo.com.br

2 Professora, mestre no Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e na Faculdade de Educação (UFG). E-mail: lba.liliane@gmail.com

3 Professor colaborador do PPGE/FE/UFG e da UEG. E-mail: gedh@bol.com.br

sine a ser um homem que saiba diminuir, ao máximo possível, a distância entre ser e parecer. Emílio, após ter aprendido a preservar nele a natureza, ou melhor, após ter fortalecido o corpo e compreendido o exato sentido do equilíbrio entre desejar apenas o que pode suprir, em correspondência com o que lhe é necessário na respectiva idade, será lentamente integrado à sociedade, não para viver como os outros, mas com os outros. Trata-se, pois, das lições mais trabalhosas do mestre ao discípulo, questões que perscrutamos neste artigo.

Rousseau não encontra nada na intensa vida social que possa contribuir para a formação do seu Emílio, pelo menos na infância, pois a sociedade constituída tem um vício de origem. Fora resultado de artifícios enganadores tanto em ação quanto em justificativa. Para ele, “o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo” (ROUSSEAU, 1983, p. 259). Note-se, pois, que não bastou cercar um terreno, que em nada resultaria em termos de propriedade, não tivessem aqueles que, não só acreditassem como um suposto direito, mas, e sobretudo, compreendessem como justo. Para esse fim, o discurso polido do demagogo é aceito como necessário.

Unamo-nos para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence; instituamos regulamentos de justiça e paz. [...] reunamo-nos num poder supremo que nos governe segundo sábias leis, que protejam e defendam todos os membros da associação, expulsem os inimigos comuns e nos mantenham em concórdia eterna (ROUSSEAU, 1983, p. 269).

A propriedade e o discurso que a justifica marcam a sociedade nascente, o que não é outra senão o

O discurso do *primeiro demagogo*, necessário à paz, resultado do pacto do silêncio, especialmente daqueles que ficam fora da cerca, mas encantados com a polidez e esperança de que tudo é feito para garantir a ordem – ou a estabilidade, usando uma linguagem atual (GUIMARÃES, 2004, p. 182).

Ora, como a sociedade só pode ensinar o que ela possui, ou seja, um belo espetáculo formado de frívolas opiniões, a única forma de se educar alguém é protegendo-o dela, pois marcada por

preconceitos servis; todos os nossos usos não são senão sujeição, embaraço e constrangimento. O homem civil nasce, vive e morre na escravidão; ao nascer, envolvem-no em um cueiro; ao morrer, encerram-no em um caixão; enquanto conserva sua figura humana, está acorrentado a nossas instituições (ROUSSEAU, 1992, p. 17).

A vida que se consolida a partir dos parâmetros das instituições é reduzida a um sem número de ninharias que subtraem do homem a possibilidade de ser integralmente humano. Desfigurado o homem de seu estado natural, apartado de si mesmo, restam-lhe máscaras, engodo, hipocrisia, aparência, sombras. Daí o necessário afastamento da sociedade, de suas instituições, dos valores que aprisionam o homem ao mundo dos preconceitos estabelecidos.

Este afastamento é provisório para evitar que Emílio conviva precocemente com a força do amor próprio e o “fogo” das ilusões e paixões fugazes, próprias da vida sociais, pois, como afirma Rousseau, (1992, p 13), “as boas instituições sociais são as que mais bem sabem desnaturar o homem, tirando-lhe sua existência absoluta para dar-lhe outra relativa.” Negando radicalmente a educação que se faz nelas, sobretudo a dos colégios afirma:

Não encaro como uma instituição pública esses estabelecimentos ridículos a que chamados colégios. Não levo em conta tampouco a educação da sociedade, porque essa educação, tendo para dois fins contrários, erra ambos os alvos: ela só serve para fazer homens de duas caras (ROUSSEAU, 1992, p. 14).

A negativa de Rousseau à sociedade e a formação que dela advém, não levam a que ele pretenda formar um Ermitão. Ao contrário, o seu discípulo deverá a viver na sociedade instituída, mas quando estiver aprendido, com a “natureza que jamais mente”, as sólidas lições de viver em equilíbrio entre as suas necessidades, suas forças e seus desejos, pois dificilmente se deixará conduzir por desejos que não disponha de força para satisfazê-los e nem ficará susceptível às imediatas exigências da vida social, alegoricamente descritas como adestramento, moldura, ornamento, imbecilidade, que formam o homem um tanto patético. Essa sociedade, diz ele, é como um *picadeiro*, cujos maiores farsantes são os demagogos, primeiros impostores (GUIMARÃES, 2004, p. 63-64).

Emílio, educado em conformidade com as leis da natureza inscritas em seu coração, aprenderá a confrontar as vontades particulares que se revelam na vaidade ou no egoísmo e que levam o homem e a sociedade a ruínas. Em sua hipotética história do homem, Rousseau afirma que experimentamos três situações distintas: o primeiro e segundo estados de natureza e o estado civil (SALINAS, 1989).

No primeiro estado o homem não possui consciência, vive o presente sem passado ou futuro, somente o instinto é seu guia, é puramente um animal.

A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava (ROUSSEAU, 1983, p. 36).

No segundo estado de natureza, tem-se o que Rousseau considera a “idade do ouro”, isto é, o momento em que o homem começa a perceber o outro com diferenças em relação a si próprio, tornando-se paulatinamente sensível à medida em que a consciência começa a agir:

Esse foi o segundo estado em que viveu a humanidade, estado em que a palavra expressava os desejos e não o cálculo egoísta do homem civilizado. Nele, o espetáculo era a natureza que ele imitava para ordenar a sua vida individual e normatizar a primeira relação social (GUIMARÃES, 2004, p. 74).

No terceiro estado, o civil, este em que vivemos, o homem é corrompido pela ambição e pelo desejo incontido e desmedido de posses. Isso o torna incompleto, dividido entre ser bom para si e para outrem. Sua felicidade, supostamente, está em possuir as coisas e, não tendo limites, deseja ter sempre mais. Assim, a vida social o leva ao desequilíbrio, sempre desejando mais do que necessita e pode. Rousseau, referindo-se à passagem do segundo estado de natureza para o estado civil afirma:

Cada um começou a olhar os outros e a desejar ser ele próprio olhado, passando assim a estima pública a ter um preço. Aquele que contava ou dançava melhor, o mais belo, o mais forte, o mais astuto ou o mais eloquente, passou a ser o mais considerado, e foi esse o primeiro passo tanto para a desigualdade quanto para o vício; dessas primeiras preferências nasceram, de um lado, a vaidade e o desprezo, e, de outro, a vergonha e a inveja. A fermentação determinada por esses novos germes produziu, por fim, compostos funestos à felicidade e à inocência. (ROUSSEAU, 1983, p. 263)

A nascente sociedade civil não traz nada que possa ser útil à educação de Emílio, mas não há outra para se viver. E se ela é

inaceitável, pois só causa “embaraço e constrangimento” (Rousseau, 1992, p. 17), ele quer que seu discípulo saiba distinguir a natureza que traz em si, ao se deparar com a factual vida em sociedade.

Que se destine meu aluno à carreira militar, à eclesiástica ou à advocacia pouco me importa. Antes da vocação dos pais a natureza chama-o para a vida humana. Viver é o ofício que lhe quero ensinar. Saindo de minhas mãos, ele não será, concordo, nem magistrado, nem soldado, nem padre; será primeiramente um homem. Tudo o que um homem deve ser, ele o saberá, se necessário, tão bem quanto quem quer que seja; e por mais que o destino o faça mudar de situação ele estará sempre em seu lugar. (ROUSSEAU, 1992, p. 15).

O professor deve se pôr no lugar daquele que sabe e o aluno, porque quer aprender, deve assumir que não sabe e quer aprender. Esse reconhecimento, no entanto, não é outro senão o desejo do mestre, pois é ele que, no ponto de partida, tem o fim. Ele se descola de seu lugar para assumir o da necessidade inerente ao ato de educar, e nunca transmitindo saberes para a idade futura. Ao contrário, deverá ensinar tudo que for possível ser aprendido em sua respectiva idade. Todo seu esforço é para que discípulo supere a condição de menoridade. Para esse fim, há que se provocar o desejo e nunca buscar artifícios supostamente facilitadores.

Têm-se muito trabalho para buscar os melhores métodos de ensinar a ler; inventam-se escrivinhas, mapas; faz-se do quarto da criança uma oficina gráfica. (...) Que pena! Um meio mais seguro do que tudo isso é aquele que sempre é esquecido: o desejo de aprender. Dai esse desejo à criança, e depois deixai vossas escrivinhas e vossos dados, pois qualquer método lhe servirá. (ROUSSEAU, 1992, p. 135)

Ele atribui importância singular ao agente externo, neste caso o professor, aquele que deve conduzir a aprendizagem. Ele é o mestre, é o guia na formação do discípulo, que começa com o nascimento e se estende até a fase adulta, quando já não precisar, por assim dizer, de um tutor.

O educador, reconhecendo o seu lugar no processo de ensinar e obedecendo rigorosamente as necessidades da formação, conduz o aluno a descobrir o conhecimento. O ponto de partida é a necessidade. O professor é aquele que sabe porque já trilhou o caminho de busca e saber, que o aluno apenas iniciou, e, dessa forma, assume seu lugar. O aluno é aquele que ainda não sabe e deseja sair dessa condição. O mestre é o que se movimenta em direção ao saber junto com seu aluno, movimento esse que não é físico, geográfico, mas intelectual, teórico, cognoscitivo. Para tanto, é fundamental que esse aluno seja desafiado a superar a si mesmo, é preciso que ele sinta a necessidade, a força (*virtus*) e desejo de saber.

Na teoria rousseauiana são claramente delimitados três tipos de educação. A educação da natureza, que corresponde ao desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos (como: andar, falar, comer...); a educação dos homens, caracterizada pela mediação do mestre ou das instituições sociais no uso (bom ou mal) que nos ensinarão a fazer do nosso próprio desenvolvimento interno (aprendizagem, trabalhada nas instituições de educação); e, a educação das coisas, constituída pela aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam (experiência de vida).

Podemos inferir que o homem bem educado é aquele em que as três educações se encontrem plenamente desenvolvidas, de forma que a primeira oriente a relação entre as outras. Entendendo que o homem não se forma espontaneamente, é possível compreender que a vontade e o desejo são estruturáveis, tornando-se o ponto-chave do encaminhamento para que o aluno alcance a autonomia e participe da vida em sociedade sem a ela

se submeter, ao menos enquanto estiver fundada em relações, cujo fim não é a excelência, mas o império da vontade particular. Entre os atributos necessários ao mestre, Rousseau (1992, p. 25), afirma que o primeiro que ele exigiria é “não ser um homem à venda”. Para ele, o educador não ensinará conforme a sua vontade e muito menos de olho nas possíveis vantagens individuais, pois assim procedendo só formará um *homem venal*.

Emílio traz em si a primeira educação, ou seja, não nasce com o conhecimento e a vontade, e sim com a capacidade de constituí-los; também não traz consigo órgãos e razão formados, mas em condições de desenvolvê-los.

Nascemos capazes de aprender, mas não sabendo nada, não conhecendo nada. A alma acorrentada a seus órgãos imperfeitos e semiformados, não tem se quer o sentimento de sua própria existência. Os movimentos, os gritos da criança que acaba de nascer, são efeitos puramente mecânicos, desprovidos de conhecimento e de vontade. (ROUSSEAU, 1992, p. 40 -41)

Para ele, a criança é frágil e precisa se fortalecer, mas não o faz sem a ajuda daquele que já sabe. “Tudo que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação”. (ROUSSEAU, 1992, p. 10)

Primeiramente, vede bem que raramente cabe a vós propor o que ele deve aprender; cabe a ele desejá-lo, procurá-lo, encontrá-lo; cabe a vós colocá-lo ao seu alcance, fazer habilmente nascer esse desejo e fornecer-lhe os meios de satisfazê-lo. (ROUSSEAU, 1992, p. 235)

Toda ação do mestre deve voltar-se, no tocante à formação, para que a criança seja capaz de conhecer os seus limites e se fortalecer para superá-los.

Segui um caminho diferente com vosso aluno; que ele imagine sempre ser o mestre e que vós o sejais sempre. Não há sujeição mais perfeita do que aquela que conserva a aparência da liberdade: cativa-se assim a própria vontade. A pobre criança que não sabe nada, que não pode nada, que não conhece nada, não está a vossa mercê? Não dispodes em relação a ela de tudo o que a cerca? Não sois senhor de impressioná-la como vos agrade? Seus trabalhos, seus jogos, seus prazeres, suas penas, não está tudo em vossas mãos sem que ela o saiba? Sem dúvida não deve ela fazer senão o que quer; mas não deve querer senão o que quizerdes que ela faça; não deve dar um passo que não tenhais previsto; não deve abrir a boca sem que saibais o que vai dizer. (ROUSSEAU, 1992, p. 140)

O mestre está sempre presente, pronto a apoiar e conduzir seu discípulo com olhar atento, deve ser observador e respeitoso da natureza e, ao mesmo tempo, ser conhecedor e fazer-se servidor dela. Participa do processo educativo de forma a assegurar o direcionamento e a estabelecer meios favoráveis para possibilitar os momentos propícios à sua intervenção de forma discreta, às vezes até imperceptível aos olhos do aluno, mas sempre seguro em relação aos fins de seu projeto formativo.

Na mesma direção Coelho afirma que para se formar o homem é necessário um professor atento e rigoroso, sobretudo, com a sua própria formação.

Um professor que a cada momento se faça trabalhador intelectual, alguém que pensa, compreende e trabalha para transformar a sociedade, a cultura, a educação, a escola, a universidade, a formação, o ensino, e a aprendizagem; alguém que trabalha, não com saberes mortos, acabados e prontos, a serem aceitos e consumidos, mas com saberes vivos, instigantes da inteligência, da imaginação e da sensibilidade de docentes

e discentes. Mestre e sábio é quem interroga, pensa, questiona as concepções e as práticas, próprias e dos outros e, vigilante e crítico, trabalha para inserir os humanos no mundo da autonomia, da liberdade, da dúvida, da crítica e do rigor próprios do trabalho intelectual, da reflexão, do pensamento, da expressão, mundo esse inseparável da ação. (COÊLHO, 2006, p. 60)

Em educação, deve-se, pois, conduzir para a superação do imediato, do superficial, para que os homens sejam capazes de transcender o mundo da aparência, da imagem, das vontades individuais. A dúvida, o questionamento, o pensamento, a compreensão e a crítica são princípios que levam os homens ao desenvolvimento da racionalidade, capazes entender e reconhecer a validade das ideias e ações que se lhes apresentam na vida social. Devem ser formados com capacidade para distinguir o necessário do utilitário, a essência da aparência, o real do superficial.

Humanizar significa criar condições para aos que pertencem à espécie humana realizarem em sua existência, em seus atos, a racionalidade, a autonomia, a liberdade em sua relação com a natureza e o outro e, portanto, na “con-vivência” social, o que supõe o reconhecimento da igualdade fundamental, afirmando-se todos como iguais, sujeitos da cultura, do saber e da ação. A educação, a escola, a universidade é chamada a trabalhar para que todos possam realizar sua humanidade. Daí a necessidade de cultivar a reflexão, o autodomínio, sem o que não há autonomia, sujeito, pessoa. (COÊLHO, 2006, p. 55)

O compromisso do mestre consiste em formar homens que saibam refletir e agir com virtude e bondade, que saibam manter-se em seu lugar diante das vicissitudes da existência. Ele prepara Emílio para que o encantamento da vida social não o seduza e, sabendo resistir, não se deixará levar por ela, apesar

de viver entre os homens que a constitui. No plano da formação do seu discípulo, afirma: “O homem realmente livre só quer o que pode e faz o que lhe apraz” (Rousseau, 1992, p. 67). Trata-se, pois, de ensiná-lo a reconhecer as necessidades inerentes à sua idade para *saber o que pode querer* e, assim, não desejar *mais do que pode*.

Mas, note-se bem, sendo *perfectível*, as necessidades reconhecidas é a condição para contestá-las, já que o *aprazível* não é um estado de paz perpétua, mas a capacidade de ampliá-las, conforme a sua força. “Meçamos, portanto, o raio de nossa esfera e fiquemos no centro como o inseto no meio de sua teia” (Rousseau, 1992, p. 63). A criança que não sabe *medir esse raio* necessita do mestre, que será o seu guia, até que ela seja capaz de lançá-lo segundo a sua força e vontade em correspondência com a necessidade reconhecida e contestada.

Nesse sentido é fundamental que o aluno seja desafiado a superar a si mesmo. Professor e aluno se deslocam de seus lugares em busca do saber. A educação se constitui como processo formativo que acontece na relação e influência recíproca entre mestre e discípulo, estabelecendo uma interação sensível entre os dois, sendo o mestre aquele que busca meios para o discípulo superar a sua condição menor relativa à idade e às correspondentes necessidades.

Rousseau propõe que o mestre leve seu discípulo a transcender essa sociedade, mesmo estando presente nela, ao formar o homem que encontre equilíbrio entre desejo e necessidade. Esse homem caminhará em direção à felicidade tendo compreensão de que esta não será comprada, vendida, emprestada ou dada, não virá de uma pessoa ou de um objeto, mas, sim, um trabalho que lhe exige esforço e o conduza a aprender a desejar somente o necessário de acordo com as suas possibilidades.

O mestre que se forma ao ler Rousseau reconhece a importância de bem conduzir o aluno em direção ao saber, à cultura, à ética e aos valores da vida privada e coletiva. O compromisso

desse educador é formar homens que saibam refletir e agir com virtude e bondade, que saibam manter-se em seu lugar diante das intempéries da existência, e que ao mesmo tempo sejam capazes de compartilhar a fraternidade e a justiça. “Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana. Aquele de nós que melhor souber suportar os bens e os males desta vida é, para mim, o mais bem educado” (ROUSSEAU,1992, p.15).

Em sociedade o homem tem sido formado para ser, ou pelo menos parecer melhor aos olhos do outro. A vaidade, o orgulho e o egoísmo se sobrepõe ao sentimento primário, inocente e benfazejo, o amor de si. Nessa lógica a formação que se propõe nos dias de hoje, nos planos individual e coletivo nutrem e aprofundam esses sentimentos adquiridos na vida social.

A criança desde o berço é acostumada a receber todos os mimos, impera como um pequeno rei, tendo satisfeitas todas as suas vontades. Cresce sentindo-se dona de si e do mundo, incapaz de lidar com a dor e com as frustrações. É indiferente ao sofrimento alheio, só se preocupa em ter atendidas suas necessidades particulares. Assim, a vida coletiva se torna para ela um peso, uma obrigação difícil de suportar.

Essa educação supostamente alimenta as expectativas do indivíduo em relação a si mesmo. Ele não reconhece o seu lugar nem as suas potencialidades diante da existência, aprende a desejar muito mais do que o que pode realizar por seu próprio esforço e, sentindo a sua fraqueza está sempre insatisfeito. Torna-se infeliz pelo que não tem e escravo daquilo que tem, enfim, perde a possibilidade de ser livre.

Vivendo em sociedade o homem tem sensações, angústias e sofrimentos que não conhecia no estado de natureza. Alimenta falsas necessidades que representam não o que ele de fato deseja e necessita, mas o que se elabora a partir do imaginário social, fundado na opinião, como critério para a felicidade que, para Rousseau, não passa de sujeição. (ROUSSEAU,1992, p. 17)

No estado de natureza, o homem vivia de forma equilibrada, seus desejos nunca eram superiores às forças para supri-los.

Assim é que a natureza, que tudo faz da melhor maneira, inicialmente o instituiu. Ela lhe dá de imediato apenas os desejos necessários à sua conservação e as faculdades suficientes para satisfazê-los. Ela põe todas as outras como que em reserva no fundo de sua alma para se desenvolverem aí se preciso. É somente neste estado primitivo que o equilíbrio entre o poder e o desejo se encontra, e o homem não é infeliz. (ROUSSEAU, 1992, p.62)

À criança deve-se ensinar o que é necessário a uma existência tranquila e equilibrada conforme a natureza institui. O mestre precisa ter acuidade para distinguir o essencial e o necessário daquilo que é contingente e banal, a criança apenas precisa conhecer o que um homem deve saber para ser independente, equilibrado e sensato, capaz de suportar as vicissitudes com coragem.

Dos conhecimentos que estão ao nosso alcance, uns são falsos, outros são inúteis e outros servem para alimentar o orgulho de quem os tem. Os poucos que realmente contribuem para o nosso bem-estar são os únicos dignos das pesquisas de um homem sábio, e, portanto, de uma criança que queiramos tornar sábia. Não se trata de saber o que existe, mas apenas o que é útil (ROUSSEAU, 1992, p. 173).

O sentido da utilidade em Rousseau está estritamente ligado à ideia de necessidade, estabelecida pela marcha gradual e peregrina da natureza que sempre age conforme a ordem do universo e concorre sempre para o bem. Em nossa sociedade, ao contrário, a utilidade somente é considerada do ponto de vista do negócio e do mercado, do que é útil e do que é lucrativo, desconsiderando

portanto, como um resto, qualquer coisa que lembre a *vida boa*, fim da formação do Emílio.

Nessa lógica a sociedade moderna é, sobretudo, o espaço da inutilidade, do efêmero, da multiplicidade, da pontualidade; é o mundo do negócio. Formar o homem para essa sociedade é formá-lo para a mediocridade, para *o nada*. Para Rousseau, só é importante para o homem o conhecimento das coisas necessárias à formação do homem completo, inteiro, ordenado e portanto, feliz.

O educador capaz de “ver” com os olhos do intelecto a vida que se erigiu no estado de sociedade, percebe os equívocos dessa falsa educação que retira o homem de si para dar-lhe uma existência fictícia. Ele vê que ela está fundada no brilho falso das máscaras, do individualismo e da vaidade e, assim, é capaz de pensar o que está posto e reflexionado em sua lógica constitutiva, e agir na contramão das exigências imediatas.

Esse é um dos maiores desafios que se apresenta à formação e aos educadores: pensar a educação a partir do estudo da condição humana numa sociedade em que o aparente tem o mais alto valor, buscando compreender as razões da submissão do homem ao pontual e utilitário que atende a interesses individuais e levam, de um lado, à conformação e, de outro, à desequilibrada busca por desejos, nunca satisfeitos.

Em vez de viver em função das coisas, é necessário olhar para dentro, conhecer a si mesmo, libertar-se do imediato, livrar-se das amarras que as instituições sociais nos impõem, para compreender que a felicidade não está nas coisas, nem nas opiniões e menos ainda nos padrões estabelecidos socialmente como inexoráveis. Ela estará na possibilidade de ser livre, de pensar, de fazer distinções, de realizar o que convém, sob o critério rigoroso da necessidade.

Querendo formar o homem da natureza, não se trata por isso de fazer dele um selvagem e de relegá-lo ao fundo dos bosques,

mas, envolvido no turbilhão social, basta que ele não se deixe arrastar nem pelas opiniões dos homens; veja ele pelos seus olhos, sinta pelo seu coração; não governe nele nenhuma auto-ridade, exceto de sua própria razão. (ROUSSEAU, 1992, p. 367)

A falta de domínio dos apetites e sentidos do corpo, do controle dos instintos, comprometem a existência individual e coletiva. Portanto, a moderação, o equilíbrio, a capacidade de bem julgar e agir conforme a razoabilidade e a justiça só é possível àquele que possui a sensatez. É a conquista do que os gregos definiam por justa medida, *sophrosýne*.

O indivíduo formado a partir desses pressupostos buscará pensar e agir para além das figuras e das encenações sociais com as quais se depara; ele dispensará o encantamento da imagem e das representações, com pensamento livre. Esse homem é capaz de compreender a vida social e por isso negá-la e, assim, buscar a condição humana, quase perdida em meio ao encantamento que as *máscaras* proporcionam (Salinas, 1987), compreendendo-se como parte constitutiva do corpo social, sem que se torne, como afirma Rousseau, (1992, p. 13), “um dos homens dos nossos dias, um francês, um inglês, um burguês”, reduzido, em sua crítica radical à sociedade instituída, a “um nada”.

THE TEACHER’S WORK AND THE FORMATION OF MAN IN ROUSSEAU

Abstract: *This article analyzes, at Jean-Jacques Rousseau, the fundamentals that constitute the teacher’s work in the proposal for the formation of man. The questions posed in his works, particularly in Emile or the Education, about the teacher, reveal basic principles of moral education and of human politics in civil life. Resuming the importance of these principles and how they might be thought from the reality in the current context of education is necessary for the radical critique of society, as well as the education constituted.*

Keywords: *Education; formation; society.*

REFERÊNCIAS

BENTO PRADO JR. Gênese e estrutura dos espetáculos. *Estudos Cebrap*. São Paulo: Brasiliense, n. 14, 1975.

COELHO, Ildeu Moreira. Universidade e formação de professores. In: GUIMARAES, Valter. (org.) *Formar para o mercado ou para a autonomia?* São Paulo: Papyrus, 2006.

DOZOL, Marlene. *Da figura do mestre*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo: Difel. 1992.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SALINAS-FORTES, Luís Roberto. *O bom selvagem*. São Paulo: FTD, 1989.

_____. *Paradoxo do espetáculo*. São Paulo: Discurso Editorial. 1997.

GUIMARAES, Ged. *A recusa da sociedade do espetáculo no processo de formação do homem autônomo: um estudo da abordagem de Rousseau*. Tese de doutorado, UFMG, Belo Horizonte, 2004.